

2

Gramática moral universal

2.1

Uma nova abordagem da competência moral

Proposta como uma nova abordagem à psicologia moral, a teoria da Gramática Moral Universal é fruto de um projeto mais amplo de pesquisa chamado Analogia Linguística, que pretende descrever a natureza e origem do conhecimento moral por meio da utilização de conceitos e modelos similares aos adotados para o estudo da linguagem. Trata-se de uma teoria que se dedica a descrever os princípios operacionais do julgamento moral intuitivo, em contraposição a outros programas de pesquisa em psicologia moral até então dominantes, que se preocupavam majoritariamente com a interpretação das justificativas articuladas dos comportamentos morais (paradigma de Kohlberg).

Muitos cientistas, psicólogos e filósofos, como Marc Hauser, Gilbert Harman e Susan Dwyer, entre outros, estão envolvidos na investigação das bases teóricas e empíricas da Analogia Linguística. Ainda que se considerem as contribuições de vários deles para os propósitos deste trabalho, esta análise se concentrará na obra de John Mikhail, quem, além de ser um dos mais importantes propulsores da ideia da gramática moral, é também o pioneiro na aplicação desse novo paradigma ao campo do Direito. E esta aplicação, como se verá mais adiante, se dá de duas formas. Por um lado, ela ocorre de maneira descritiva, com a adoção de conceitos jurídicos para explicar as regras deontológicas aplicadas de forma automática e inconsciente pelos indivíduos ao produzir intuições morais. Por outro lado, ela se dá de maneira normativa, já que Mikhail se baseia nas descobertas da GMU para defender a adoção de normas jurídicas e de decisões judiciais que estejam de acordo com esta concepção da natureza moral humana.

O objetivo de uma teoria moral formulada em termos computacionais, como propõe John Mikhail, é explicar o conhecimento moral a partir de uma análise empírica, precisa e formal das intuições morais. Segundo o autor:

a hipótese da gramática moral defende que indivíduos comuns são advogados intuitivos, que possuem um conhecimento tácito ou inconsciente de uma rica variedade de regras, conceitos e princípios jurídicos, bem como uma pré-disposição natural para computar representações mentais dos atos e omissões humanos em termos jurídicos conhecidos⁹.

O ponto de partida desse programa de pesquisa tem a sua inspiração na analogia linguística sugerida por Rawls em *Uma teoria da justiça*¹⁰. Trata-se de refletir no campo do conhecimento moral uma série de inquisições e pressupostos fundadores da teoria da Gramática Universal de Noam Chomsky, que descreve as propriedades do conhecimento humano inato no campo da linguagem. Rawls demonstrou acreditar que, assim como se encontram indícios de uma competência linguística inata nos seres humanos, deveria ser investigada também uma possível competência moral, ou um “senso de justiça” natural. Segundo Mikhail,

Rawls indicou, assim, um deslocamento das reduzidas preocupações semânticas de filósofos do início do século XX (...) e um retorno a uma antiga concepção da ética, defendida pelos principais pensadores da moral durante o Iluminismo, que tinham no centro de suas indagações teóricas o estudo empírico da mente humana, e suas diversas faculdades e sentimentos¹¹ (tradução minha).

Motivado pela sugestão de Rawls, John Mikhail propõe, com base principalmente em pesquisas conduzidas no campo da ciência cognitiva, que também o conhecimento moral, e mesmo o jurídico, possuem certo grau de universalidade. Segundo ele, esses estudos indicam que “diversos blocos da cognição moral e jurídica parecem ser de fato universais”¹², ou seja, seria possível falar em uma Gramática Moral Universal. Para Mikhail, a explicação para os desacordos morais deve estar baseada em diversos outros fatores que não a falta de princípios naturalmente compartilhados. O autor chega inclusive a afirmar que “se constata um fenômeno bastante real de convergência histórica e ‘consenso

⁹ MIKHAIL, J. *Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence: a formal model of unconscious moral and legal knowledge*. B.H. Ross (Series Ed.) & D. M. Bartels, C. W. Bauman, L. J. Skitka, & D. L. Medin (eds.). *Psychology of Learning and Motivation: Moral Judgment and Decision Making*. San Diego, CA: Academic Press, 2009, p. 27-100

¹⁰ RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Cap. 9, p. 450-516.

¹¹ MIKHAIL, J. *Elements of Moral Cognition: Rawl’s linguistic analogy and the cognitive science of moral and legal judgment*. Unpublished. Nova York: Cambridge University Press. 2011, p. 4-5

¹² MAHLMAN, M.; MIKHAIL, J. *Cognitive Science, Ethics and Law*. Zenon Bankowski (ed.), *Epistemology and Ontology*. Franz Steiner Verlag, 2005, pp. 95-102.

sobreposto' em questões morais, tal como evidenciado pelo desenvolvimento, lento, porém constante, da cultura global dos direitos humanos”¹³.

Vale à pena esclarecer que as pretensões universalistas dos proponentes da analogia linguística não ignoram as divergências culturais fundamentais entre as mais diversas concepções da moral. No entanto, estes pesquisadores partem do princípio de que a mente humana não é uma “tela em branco” à espera da assimilação da capacidade moral através da convivência social. Ao contrário, eles acreditam possuir fortes evidências da existência de princípios universais e imutáveis inscritos na faculdade moral humana cujos parâmetros dariam margem às possíveis variações culturais. Confirmada esta hipótese, seria possível afirmar que a estrutura cognitiva humana inata permite, mas também limita, a aquisição do conhecimento moral, da mesma forma que a estrutura cognitiva linguística preexiste e condiciona o conhecimento dos idiomas existentes.

Assim, o que a analogia linguística pretende é explorar a natureza das propriedades, mecanismos e parâmetros desta estrutura cognitiva necessária à aquisição do conhecimento moral em geral, a fim de determinar se existe uma gramática moral universal, que delimita o espectro de desenvolvimento das possíveis “morais” culturais. Esta teoria poderia até mesmo ser compatível com a defesa do relativismo moral, limitado, no entanto, aos princípios universais inatos de aquisição e aplicação do conhecimento moral. Uma vez comprovadas a existência e a natureza destes princípios, seria possível compreender, por exemplo, as razões e as formas pelas quais ocorrem as variações culturais da moral, e em que grau ela é possível.

Em suma, os defensores da analogia linguística compartilham entre si a aposta na existência de um conhecimento moral inato e universal, cuja estrutura se assemelha em grande parte aos mecanismos cognitivos linguísticos (conforme compreendidos desde a revolução cognitiva da metade do século passado), e que, por esta razão podem ser estudados, pesquisados e explicados com base nos mesmos pressupostos epistemológicos. Inspirada na metodologia empírica e

¹³MAHLMAN, M.; MIKHAIL, J. *Cognitive Science, Ethics and Law*, p. 99.

teórica da linguística generativa, a analogia linguística compreende a produção de julgamentos morais a partir da descrição das estruturas e computações mentais que os geram. Entre outras coisas, os adeptos deste programa de pesquisa pretendem explicar como e por que todas as crianças desenvolvem uma capacidade moral, e como essa capacidade abrange e limita todas as possibilidades de sistemas morais existentes¹⁴.

2.2

Delimitação da proposta em cinco questões

Para entender melhor os objetivos da GMU, é importante demarcar o perímetro do seu programa de pesquisa, ressaltando suas particularidades frente a outras teorias no âmbito da cognição moral. Com esse intuito, Mikhail propõe compreender a GMU a partir de cinco questões teóricas associadas ao conhecimento moral¹⁵: (a) o que constitui o conhecimento moral; (b) como ele é adquirido; (c) como ele é posto em prática; (d) como ele se dá na mente humana; e (e) como ele evoluiu na espécie humana.

a) Constituição do conhecimento moral

Mikhail reconhece que o estudo do conhecimento moral como uma questão de ordem empírica ainda é muito recente, razão pela qual qualquer contribuição nesse âmbito será meramente tentativa. No entanto, ele acredita possuir evidências suficientes para afirmar que a natureza do conhecimento moral encontra sua explicação em uma teoria da “competência moral” ou “gramática moral generativa”.

Neste sentido, dizer que um indivíduo possui conhecimento moral significa afirmar que ele é dotado de uma espécie de “gramática moral”, em outras palavras, “um complexo sistema de regras, conceitos, e princípios morais, em sua maioria inconscientes, responsáveis por gerar e relacionar entre si representações

¹⁴ DWYER, S.; HUEBNER, B.; HAUSER, M. The Linguistic Analogy: motivations, results and speculations. *Topics in Cognitive Science* 2, v. 3, 2010, p. 487.

¹⁵ Todas as cinco questões propostas por Mikhail encontram paralelo na teoria da linguística generativa de Chomsky.

mentais de ordens variadas”¹⁶. Este sistema possibilita, entre outras coisas, que os indivíduos sejam capazes de estabelecer julgamentos morais sobre uma infinidade de condutas.

A descrição da constituição do conhecimento moral consiste no principal objetivo da GMU. Mikhail devota grande parte da sua obra a resolver o que ele denomina o problema da adequação descritiva¹⁷, em mais uma analogia aos conceitos empregados por Chomsky para a análise da linguagem. Nas palavras de Mikhail, “uma teoria moral seria descritivamente adequada com relação ao sistema de conhecimento moral de um indivíduo maduro na medida em que descreve corretamente este sistema”¹⁸, ou seja na medida em que responde adequadamente à questão (a).

b) Aquisição do comportamento moral

A gramática moral seria adquirida pelo desdobramento natural de um programa genético específico. Para Mikhail, a mente humana possui atributos inatos que possibilitam e condicionam o aprendizado da gramática em sua totalidade, adquirido principalmente na infância e moldado de modo limitado pelas características próprias do ambiente de desenvolvimento. Ou seja, a programação genética humana inclui instruções para a aquisição de um sentido moral, o que explicaria, pelo menos parcialmente, a aquisição pelas crianças de um conhecimento moral inconsciente.

Importante observar que essa explicação diz respeito unicamente à formação do *conhecimento* moral, e não pretende justificar as razões do *comportamento* moral (tema este que constitui precisamente o foco da questão “c”).

c) Desempenho moral

¹⁶MIKHAIL, J. *Elements of Moral Cognition*, p. 16.

¹⁷ Para Chomsky, uma teoria da linguagem é descritivamente adequada com relação ao sistema de conhecimento linguístico de um indivíduo na medida em que o descreve adequadamente em seu estado maduro ou constante.

¹⁸MIKHAIL, J. *Elements of Moral Cognition*, 23.

A diferença entre conhecimento e comportamento moral nada mais é do que a diferença entre *competência* e *desempenho*, fundamental para entender a proposta metodológica da GMU, já que a gramática moral generativa é fruto do estudo exclusivo da competência moral. Assim, pode-se afirmar que a sua abordagem tem um caráter mentalista, pois se propõe a observar as estruturas cognitivas da mente do indivíduo que se comporta, quando ele se comporta. Mikhail e os demais adeptos da analogia linguística propõem essa guinada mentalista na direção que as teorias morais vinham tomando desde o surgimento do behaviorismo. Isso significa que, em lugar de dedicar-se a elaborar afirmações teóricas que pretendem descrever um dado comportamento observado, como faria um pesquisador influenciado por esta escola, uma teoria mentalista procura entender exatamente como opera a mente e o que ela conhece de fato quando se comporta de determinada forma.

O programa da Gramática Moral Universal caracteriza-se ainda por explorar a natureza dos princípios morais operacionais e não dos princípios morais expressos. Essa distinção é fundamental, já que os primeiros seriam aqueles que os indivíduos realmente empregam, ainda que de maneira inconsciente, no momento de exercer julgamentos morais, e os segundos dizem respeito àqueles princípios invocados para descrever, explicar ou justificar os mesmos julgamentos. Somente os princípios operacionais constituem a competência moral dos indivíduos e somente eles são objeto de estudo pela GMU. Os princípios expressos, por sua vez, pertencem exclusivamente ao âmbito do desempenho moral.

A distinção entre os processos de percepção e de produção moral também é importante para entender a forma pela qual o conhecimento moral é posto em prática. A “produção” diz respeito à forma pela qual os indivíduos aplicam seu conhecimento moral às situações cotidianas. Esse processo é de difícil inquirição pela ciência já que não se trata de uma aplicação mecânica de conhecimentos previamente adquiridos. Ele conta com diversos fatores circunstanciais e individuais demasiado nebulosos para permitir uma abordagem empírica.

A “percepção”, ao contrário, pode oferecer possibilidades para o estudo científico. Ela se refere à forma pela qual os indivíduos reconhecem as propriedades morais dos atos e arranjos institucionais com os que se deparam. Neste sentido, a percepção moral parece obedecer a mecanismos parecidos àqueles empregados pelo cérebro para realizar a percepção da linguagem ou da visão. Ou seja, quando uma pessoa se encontra diante de uma ação, ou simplesmente a imagina, o seu sistema interno de regras analisa as circunstâncias e atribui a elas uma descrição estrutural que procura explicitar as suas respectivas propriedades específicas.

d) Estrutura neurocognitiva da moral

Ainda que diversos neurocientistas tenham passado a dedicar-se ao estudo do funcionamento do conhecimento moral no cérebro humano nas últimas décadas, ele continua sendo uma incógnita. Atualmente, por exemplo, é possível determinar as áreas cerebrais que se ativam durante a produção de julgamentos morais. No entanto, há um longo caminho a percorrer para que se possa precisar onde e de que forma ocorrem na mente humana a cognição, as emoções e o julgamento em si. Ou seja, não se pode determinar ainda o processo através do qual as intuições e os julgamentos morais ocorrem no cérebro. Apesar de a GMU não ter a pretensão de responder a questões desta ordem, a obtenção de explicações plausíveis para as questões “a”, “b” e “c” é extremamente importante para guiar o rumo e abrir caminho para as pesquisas neurocientíficas que pretendem mapear o “cérebro moral” humano.

e) Evolução do conhecimento moral na espécie humana

O fortalecimento da perspectiva naturalista da moral tem contribuído para trazer novos fundamentos para uma abordagem evolucionista da moral. De maneira similar ao item “d” acima, ainda que esse debate não constitua o objeto das pesquisas relacionadas à GMU, é inquestionável a relevância da teoria para uma perspectiva evolucionista. Como bem lembra Mikhail, não se pode querer compreender como o conhecimento moral evoluiu na espécie humana sem entender antes o que o constitui, como ele é adquirido e como é posto em prática.

Além disso, encontrar explicações científicas sobre a constituição da faculdade moral também ajudaria a revelar quais aspectos da mesma são exclusivos da espécie humana¹⁹, ou seja o que exatamente constitui o que se conhece como a moral e que distingue os seres humanos dos demais animais.

2.3

Os problemas do bondinho e da adequação descritiva

Os experimentos realizados a partir do problema do bondinho (*trolley problem*) constituem a principal fonte de evidências empíricas da existência da GMU. John Mikhail, junto com sua equipe de colaboradores, conduziu centenas de experimentos dessa natureza com estudantes de diversas nacionalidades e acredita ter reunido material suficiente para demonstrar a veracidade da analogia linguística.

a) O problema original do bondinho

Originalmente concebido pelas filósofas Philippa Foot e Judith Jarvis Thomson, o problema do bondinho é um experimento mental em ética que também tem influenciado enormemente discussões no campo da ciência cognitiva. Ele apresenta um dilema moral a partir do qual foram criadas diversas variações a fim de revelar as intuições morais dos indivíduos.

O cenário original criado por Philippa Foot²⁰ consiste em um bondinho desgovernado que, se continuar seu curso normal, matará cinco pessoas que estão atadas aos trilhos por onde ele corre. Um observador se depara com essa situação e nota que, ao acionar uma alavanca que se encontra próxima a ele, poderia desviar o curso do bondinho para outra direção, salvando as cinco pessoas. No

¹⁹ DWYER, S.; HUEBNER, B.; HAUSER. *The Linguistic Analogy*, p. 503. Os autores mencionam ainda alguns estudos recentes com primatas demonstrando que muitos deles levam em consideração não só os resultados das ações, mas também os meios e são mais propensos a cooperar quando recebem uma recompensa de maneira intencional do que se recebem a mesma coisa de forma acidental.

²⁰ FOOT, P. The Problem of Abortion and the Doctrine of Double Effect. FISCHER, J. M.; RAVIZZA, M. *Ethics: Problems and Principles*, 1992, p. 60–67.

entanto, neste outro caminho há uma pessoa atada aos trilhos. Seria moralmente permissível que o observador acionasse a alavanca?

Uma versão deste problema desenvolvida por Judith Jarvis Thomson²¹ apresenta um cenário similar em que um bondinho desgovernado vai de encontro a cinco pessoas atadas aos trilhos. No entanto, neste cenário, o observador não se encontra diante de uma alavanca, mas sim sobre uma ponte debaixo da qual o bondinho está passando. Ele percebe que há um homem bastante pesado à sua frente, que, se jogado aos trilhos do trem, poderia interromper o curso do mesmo com o seu peso, evitando assim que as cinco pessoas sejam atingidas. Seria moralmente permissível que o observador empurrasse o homem pesado em direção aos trilhos do trem?

A maioria das pessoas questionadas aprova o sacrifício de um homem em prol de salvar cinco vidas no primeiro cenário, mas desaprova no segundo. Este fenômeno gera dificuldades para teorias que tentam explicar a moral popular (*folk morality*) em termos consequencialistas ou não-consequencialistas. Os resultados encontrados parecem demonstrar que os indivíduos são sensíveis não só ao resultado da ação do agente moral, mas também à forma como ele é obtido.

b) Aplicação de variações do problema para testar a hipótese da GMU

John Mikhail não só acredita que a GMU seja capaz de explicar as intuições morais reveladas em experimentos como o do bondinho, como também se baseia em variações do mesmo para comprovar que o conhecimento moral humano é adquirido e empregado através de mecanismos computacionais inconscientes (aproximando-o ainda mais do modelo de aquisição e emprego da linguagem proposto por Chomsky). Para tanto, desenvolveu uma sofisticada pesquisa com doze variações do problema do bondinho, da qual já participaram mais de 200.000 pessoas de mais de 120 países²², a fim de resolver o problema da

²¹ THOMSON, J. J. Killing, Letting Die, and the Trolley Problem, *The Monist*, v. 59, 1976, p. 204-17

²² MIKHAIL, J. Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence, p. 36.

adequação descritiva, ou seja, de descrever adequadamente a constituição do conhecimento moral.

Foram apresentados aos participantes principalmente os seguintes casos:

1. Observador: Hank encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Hank está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho para outra direção, evitando que ele atropelasse mortalmente os cinco homens. No entanto, sobre os trilhos deste outro caminho encontra-se um homem parado de costas para o trem. Hank pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. É moralmente permissível que Hank acione a alavanca?

2. Ponte: Ian encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Ian está cruzando uma pequena ponte e observa que junto a ele se encontra um *objeto pesado* que, se atirado *sobre os trilhos no caminho do bondinho* o deteria, evitando que ele atropelasse mortalmente os cinco homens. O *objeto pesado* é um *homem parado de costas para a Ian*. Ian pode empurrar o *homem* em direção ao trem, matando-o, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. É moralmente permissível que Ian empurre o *homem* contra os trilhos do trem?

3. Equipamento caro: Karl encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia um *equipamento novo da ferrovia no valor de cinco milhões de dólares* sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando do *equipamento*, em uma velocidade tão alta que ele será *destruído*. Karl está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho para outra direção, evitando que ele *destrua o equipamento*. No entanto, sobre os trilhos deste outro caminho encontra-se um homem parado de costas para o trem. Karl pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que o *equipamento* seja destruído. É moralmente permissível que Karl acione a alavanca?

4. Consentimento implícito: Luke encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia um *homem* caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando deste *homem* em uma velocidade tão alta que não lhe permitirá sair dos trilhos a tempo. Luke está próximo ao *homem*, de modo que poderia empurrá-lo *para fora dos*

trilhos e do caminho do trem, evitando que ele morra. O homem é frágil e está de costas. Luke pode empurrar este homem, causando-lhe ferimentos ou pode não fazer isso, e deixar que ele morra. É moralmente permissível que Luke empurre o homem?

5. Homicídio doloso: Mark encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Mark está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho para outra direção, evitando que ele atropelasse mortalmente os cinco homens. No entanto, sobre os trilhos deste outro caminho encontra-se um homem parado de costas para o trem. Mark pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. *Mark percebe então que o homem nos trilhos do caminho alternativo é alguém que ele odeia com todas as suas forças. Ele pensa então: “não me importa salvar esses cinco homens, mas essa é a chance de matar esse desgraçado”.* É moralmente permissível que Mark acione a alavanca?

6. Trilho em curva: Ned encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Ned está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho temporariamente para um trilho paralelo. Há um objeto pesado sobre este trilho. Se o bondinho se chocar contra este objeto, ele reduzirá sua velocidade, dando tempo suficiente aos cinco homens para escaparem. O objeto pesado é um homem, parado de costas para o trem. Ned pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. É moralmente permissível que Ned acione a alavanca?

7. Homem na frente: Oscar encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Oscar está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho temporariamente para um trilho paralelo. Há um objeto pesado sobre este trilho. Se o bondinho se chocar contra este objeto, ele reduzirá sua velocidade, dando tempo suficiente aos cinco homens para escaparem. *Na frente do objeto pesado está um homem, parado de costas para o trem.* Oscar pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. É moralmente permissível que Oscar acione a alavanca?

8. Resgate fácil: Paul encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Paul

está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho para outra direção, evitando que ele atropelasse mortalmente os cinco homens. Paul pode acionar a alavanca, salvando os cinco homens, ou pode não fazer isso, e deixar que eles morram. É moralmente *obrigatório* que Paul acione a alavanca?

9. Melhor alternativa: Richard encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Richard está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho para outra direção, evitando que ele atropelasse mortalmente os cinco homens. No entanto, sobre os trilhos deste outro caminho encontra-se um homem parado de costas para o trem. Richard pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. *Richard também tem a opção de apertar um botão de emergência que faria o bondinho desviar para um terceiro caminho onde não há ninguém em risco. Se Richard acionar a alavanca, uma pessoa morrerá, se ele não fizer nada, cinco pessoas morrerão.* É moralmente permissível que Richard acione a alavanca?

10. Mortes desproporcionais: Steve encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia um *homem* caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando deste *homem* em uma velocidade tão alta que não lhe permitirá sair dos trilhos a tempo. Steve está próximo a uma alavanca que, se acionada, desviará o bondinho para outra direção, evitando que ele atropelasse mortalmente o homem. No entanto, sobre os trilhos deste outro caminho encontram-se *cinco homens* parados de costas para o trem. Steve pode acionar a alavanca, matando os *cinco homens*, ou pode não fazer isso, e deixar que *um homem* morra. É moralmente permissível que Steve acione a alavanca?

11. Homem lançado: Victor encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Victor está próximo a uma alavanca que, se acionada, lançará um objeto pesado sobre os trilhos do trem, que o deterá, evitando que ele atropelasse mortalmente os cinco homens. O objeto pesado é um homem que está parado em uma ponte sobre a linha do trem. Victor pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. É moralmente permissível que Victor acione a alavanca?

12. Ponte colapsada. Walter encontra-se em sua caminhada matinal próximo aos trilhos do bondinho quando nota a aproximação de um bondinho desgovernado. Ele entende o que aconteceu: o maquinista viu que havia cinco pessoas caminhando sobre os trilhos do bondinho e acionou os freios, mas eles falharam e o maquinista desmaiou. O bondinho agora está se aproximando dos cinco homens, em uma velocidade tão alta que não lhes permitirá sair dos trilhos a tempo. Walter está próximo a uma alavanca que, se acionada, fará com que uma

ponte colapse sobre a linha do trem, evitando que ele atropela as cinco pessoas. Há um homem parado sobre esta ponte. Walter pode acionar a alavanca, matando este homem, ou pode não fazer isso, e deixar que morram os outros cinco homens. É moralmente permissível que Walter acione a alavanca?²³ (minha tradução)

O principal objetivo da pesquisa era o de comprovar a existência da gramática moral universal e começar a analisar as questões empíricas relacionadas a este fenômeno. Os pesquisadores confirmaram suas previsões iniciais de que a grande maioria das pessoas (i) responderia de forma semelhante aos primeiros dois problemas (Observador e Ponte), independentemente da nacionalidade, gênero, raça, idade, religião ou grau de educação e (ii) não seria consciente dos princípios operacionais responsáveis por gerar as intuições morais manifestadas, de modo que seria em geral incapaz de descrever corretamente os seus próprios processos de pensamento. O Quadro 1 abaixo demonstra os resultados principais encontrados pelos pesquisadores²⁴ e a Figura 1 mostra as variações de porcentagem entre seis problemas que representam os conflitos morais mais significativos.

Problema	Ato	Status deôntico
Observador	Hank aciona a alavanca	Permitido
Ponte	Ian empurra o homem	Proibido
Equipamento caro	Karl aciona a alavanca	Proibido
Consentimento implícito	Luke empurra o homem	Permitido
Homicídio doloso	Mark aciona a alavanca	Proibido
Trilho em curva	Ned aciona a alavanca	Proibido
Homem na frente	Oscar aciona a alavanca	Permitido
Resgate fácil	Paul aciona a alavanca	Obrigatório
Melhor alternativa	Richard aciona a alavanca	Proibido
Mortes desproporcionais	Steve aciona a alavanca	Proibido
Homem lançado	Victor aciona a alavanca	Proibido
Ponte colapsada	Walter aciona a alavanca	Permitido

Quadro 1. Resultados principais encontrados

²³ MIKHAIL, J. *Elements of Moral Cognition*, p. 163-167.

²⁴ MIKHAIL, J. *Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence*, p. 37.

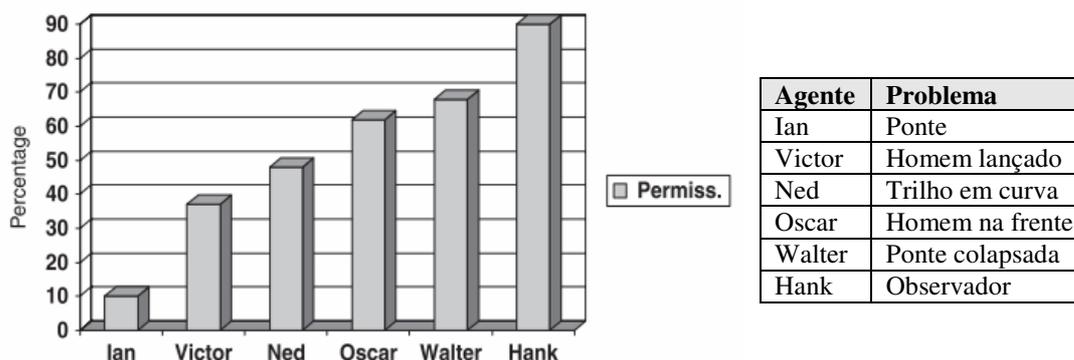


Figura 1²⁵. Variações de porcentagem entre os seis conflitos morais mais significativos

Os pesquisadores estão convencidos de que as atividades mentais por trás das intuições manifestadas vão muito além das informações fornecidas pelos participantes, já que essas intuições são em grande parte processadas de forma inconsciente. Por esta razão, uma explicação adequada dos dados encontrados precisaria abordar, entre outros fatores, quais são as verdadeiras regras por trás do exercício do julgamento moral: as regras deonticas. Estas regras estariam internalizadas na GMU e seriam operadas de maneira inconsciente pela mente humana, que funcionaria de certa forma como um computador, identificando as propriedades e características de cada caso, combinando as regras já internalizadas e produzindo intuições morais.

A fim de aplicá-las corretamente, a mente deveria ser capaz também de realizar rápida e instintivamente uma análise estrutural do caso com o qual se depara a fim de selecionar as regras que serão utilizadas para julgá-lo. Segundo a hipótese da gramática moral, quando as pessoas se encontram diante de situações como os problemas do bondinho, elas inconscientemente computam descrições estruturais dos aspectos relevantes do caso em tela, que contemplam questões como fins, meios, efeitos colaterais, danos, etc.

Faltaria, no entanto, explicar como os estímulos externos recebidos podem ser transformados em descrições estruturais desta ordem. Em outras palavras,

²⁵ MIKHAIL, J. Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence, p. 47.

como os indivíduos podem realizar essas inferências sobre os agentes morais e suas condutas, sem acesso nenhum a informações sobre o estado mental dos mesmos ou sobre qualquer outra propriedade moral relevante. Para comprovar a teoria da GMU, Mikhail tenta demonstrar que existem regras mentais que determinam a transformação dos estímulos visuais ou auditivos nas descrições estruturais das condutas morais dos agentes. São as chamadas “regras de conversão”: um conjunto de operações mentais mecânicas que incluiriam, entre outros processos, a identificação estrutural das ações recebidas através dos estímulos; a classificação dos componentes destas ações em ordem temporal; a decomposição das ações nas suas estruturas causais e semânticas subjacentes; e a aplicação de princípios morais e lógicos a estas estruturas subjacentes para gerar representações de intenções moralmente boas e más²⁶.

Em resumo, com esses experimentos, pretende-se dar robustez à GMU como uma teoria completa sobre as etapas envolvidas no processo de conversão de estímulos em respostas morais intuitivas, através de uma descrição estrutural inconsciente. Entendendo quais são as propriedades relevantes de cada problema captadas pela mente humana e quais as regras deônticas aplicáveis, seria possível não só entender o processo através do qual os participantes expressaram essas intuições morais, como também prever aquelas que ainda não foram manifestadas.

c) Regras deônticas: todos advogados intuitivos

Para entender quais seriam as regras deônticas, Mikhail aposta no Direito e acredita que nossa mente aplica tradicionais institutos jurídicos de forma natural, utilizando intuitivamente o raciocínio típico de um advogado para resolver dilemas morais:

A principal suposição desta hipótese [da GMU] é a de que indivíduos comuns são advogados intuitivos, que possuem conhecimento tácito ou inconsciente de uma grande variedade de normas, conceitos e princípios jurídicos, assim como uma disposição natural para computar representações mentais de atos e omissões humanas em termos juridicamente conhecidos. Em outras palavras, a principal suposição desta hipótese nada mais é do que a ideia racionalista clássica, adequadamente reinterpretada, de que determinados preceitos e noções jurídicas e

²⁶MIKHAIL, J. *Elements of Moral Cognition*, p. 162

morais estão inscritos na mente, provavelmente na forma de um instinto inato²⁷.
(tradução minha)

Uma análise mais atenta da Tabela 2, por exemplo, demonstra que, quanto maior o grau de agressividade envolvido no ato em questão, maior a probabilidade de que ele seja considerado moralmente proibido. É o que se extrai, por exemplo, da comparação dos problemas da Ponte, Homem Lançado e Trilho em Curva. No primeiro caso, Ian precisa tocar no homem, fazer com que ele seja lançado e causar a sua morte. No segundo, Victor não precisa estabelecer contato físico com o homem pesado, mas somente fazer com que ele seja lançado e causar a sua morte. Por fim, no terceiro caso, Ned causa a morte do homem sem precisar tocá-lo ou movê-lo. Pode-se observar que a aprovação moral quanto à conduta desses observadores aumenta significativamente na medida em que diminui o grau de agressividade envolvido.

Outro critério que pode ser extraído desses resultados é se o dano é um meio ou apenas um efeito colateral do ato intencionado. Por exemplo, no Homem na frente, o objetivo principal é o de salvar os cinco homens fazendo com que o bondinho se choque contra um objeto pesado, sendo uma mera circunstância desafortunada o fato de um homem se encontrar entre o bondinho e este objeto. No entanto, inevitavelmente, o resultado é que o bondinho atropela este homem antes de atingir o objeto pesado. O caso da Ponte colapsada é similar, no entanto, a agressividade é considerada maior porque a vítima é derrubada com o colapso da ponte antes de ser fatalmente atingida pelo bondinho (a morte é mais dramática e mais lenta). Por fim, no caso clássico do Observador, a morte do homem que se encontrava sobre o trilho para o qual o bondinho foi desviado ocorre apenas depois de alcançado o resultado positivo, salvar as cinco vidas. Pode-se observar que o grau de aprovação das condutas desses agentes aumenta na medida em que o sacrifício de uma vida se distancia da ideia de meio e se aproxima da ideia de efeito colateral.

As noções de proibição de lesão corporal e homicídio, de culpa e dolo e o princípio da legalidade ampla²⁸ também podem ser úteis ao avaliar as intuições

²⁷MIKHAIL, J. *Elements of Moral Cognition*, p. 101.

morais reveladas pelas pesquisas. Pelo princípio da legalidade ampla entende-se que tudo o que não está proibido está permitido. Os participantes das pesquisas demonstraram em geral reconhecer como atos proibidos a lesão corporal e o homicídio, admitindo, entretanto, a sua aprovação em alguns casos. Uma análise mais detalhada parece revelar que os indivíduos pesquisados também se utilizaram de conceitos como culpa e dolo sendo mais propensos a aprovar casos que envolviam “homicídio culposo” e “lesão corporal culposa” do que aqueles que envolviam “homicídio doloso” e lesão corporal dolosa”.

Além disso, também parece ter sido empregado o princípio do estado de necessidade²⁹ ao caso do Consentimento implícito. Neste problema, foi necessário que Luke empurrasse o homem frágil que se encontrava sobre o trilho do bondinho para salvar-lhe a vida, e se supõe que, se este homem tivesse sido consciente do risco que corria, teria aprovado a conduta de Luke.

Em suma, segundo Mikhail, uma análise minuciosa dos casos envolvidos na pesquisa e das intuições manifestadas poderia indicar que os indivíduos empregam, naturalmente e de forma inconsciente, princípios de lógica deôntica, princípios computacionais capazes de associar representações similares e atribuir resultados similares, uma capacidade de distinguir atos culposos e dolosos e um conjunto de regras e proibições a certas condutas³⁰.

A comprovação deste fenômeno por pesquisas mais avançadas poderia até mesmo levar ao reconhecimento de que uma boa parcela do conhecimento jurídico seja de fato inata e universal. Uma vez comprovada essa tese e identificados esses conceitos, Mikhail defende ainda que seria possível prever uma grande variedade de intuições morais. Faltaria, no entanto, demonstrar como esse conhecimento é adquirido e posto em prática nos mais distintos contextos sociais, culturais e institucionais. Para o autor, esse é um campo aberto à pesquisa para a filosofia, o direito, as ciências sociais, e as ciências cognitivas e do cérebro.

²⁸ “Principle of Natural Liberty” no original: MIKHAIL, J. *Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence*, p. 52.

²⁹ “Self-preservation principle” no original: MIKHAIL, J. *Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence*, p. 56.

³⁰ MIKHAIL, J. *Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence*, p. 56.

2.4

Outras razões que parecem apoiar a GMU

Além dos experimentos realizados a partir dos problemas do bondinho, outros resultados de experimentos sobre os julgamentos morais nas áreas da psicologia do desenvolvimento, da antropologia legal, da linguística comparada e da neurociência cognitiva, entre outros, parecem fortalecer a hipótese da GMU.

Algumas pesquisas, por exemplo, indicam que praticamente todos os idiomas possuem palavras para significar conceitos iguais ou equivalentes a “poder”, “dever” e “proibir”³¹, aplicados de maneira semelhante nos sistemas sociais, jurídicos e religiosos das mais distintas culturas. Além disso, proibições legais de atos como homicídio, estupro e outros tipos de agressão física parecem ser praticamente universais³². O mesmo vale para a presença em textos legais de conceitos como causação, intenção e comportamento voluntário³³.

Destacam-se ainda dois achados empíricos que têm sido amplamente debatidos no meio acadêmico e parecem dar suporte à hipótese da GMU: (a) o fenômeno da “estupefação moral” apresentado por Haidt; e (b) pesquisas realizadas a partir da tradição de Turiel sobre a prevalência das regras morais sobre as regras convencionais.

a) O fenômeno da “estupefação moral”

O psicólogo social Jonathan Haidt perguntou aos seus estudantes na Universidade de Virginia se seria moralmente errado que um casal de irmãos tivesse uma relação sexual segura, consensual e secreta. A maioria respondeu rapidamente que sim. No entanto, quando instigados a fundamentar essa opinião,

³¹ BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

³² BROWN, D. *Human Universals*. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

³³ FLETCHER, G. *Basic Concepts of Criminal Law*. Oxford: Oxford University Press, 1998. MIKHAIL, J. *Law, Science and Morality: a review of Richard Posner's 'The Problematics of Moral and Legal Theory'*. *Stanford Law Review*, v. 54, 2002, p. 1057-1127.

os alunos não foram capazes de explicar *o quê* havia de errado na situação³⁴. Constata-se com frequência a dificuldade dos participantes em pesquisas como esta em justificar as convicções morais manifestadas em casos similares ou diante de dilemas morais. Esse fenômeno foi batizado pelo Haidt como “estupefação moral” (*moral dumbfounding*).

A GMU parte do princípio de que os indivíduos são dotados de princípios morais inatos que regem seus julgamentos morais, ainda que de forma inconsciente. Apesar de não ser a única alternativa³⁵ para entender as causas do fenômeno da “estupefação moral”, a GMU oferece uma explicação bastante plausível³⁶.

b) Regras morais X regras convencionais

Diversas pesquisas³⁷ seguindo a tradição de Turiel revelam que crianças em idade pré-escolar são capazes de distinguir regras convencionais de regras morais. As regras morais são identificadas como válidas independentemente do tempo, e a elas é atribuída uma força intrínseca, cogente e prescritiva. A sua violação é considerada mais grave que a das regras convencionais e, ao contrário destas, a sua existência não depende do respaldo em uma autoridade. Mais do que isso, defende-se a sua prevalência mesmo diante de uma ordem contrária emitida por uma autoridade legítima.

Além disso, outras pesquisas no campo da psicologia do desenvolvimento indicam a utilização de regras e conceitos jurídicos por crianças nos seus primeiros estágios de desenvolvimento. Foi demonstrado, por exemplo, que

³⁴ HAIDT, J. The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, v. 108, 2001, p. 814–834.

³⁵ HAIDT, J. The emotional dog and its rational tail. GREENE, J.; HAIDT, J. How (and where) does moral judgment work? *Trends in Cognitive Science*. v. 6, 2002, p. 517–523.

³⁶ De fato, precisamente sobre a questão do incesto, foi realizada uma pesquisa pela psicóloga evolutiva Debra Lieberman a fim de buscar evidências de a sua proibição é produto de um mecanismo evolutivo específico de prevenção contra o sexo entre irmãos. LIEBERMAN, D.; TOOBY, J.; COSMIDES, L. Does morality have a biological basis? An empirical test of the factors governing moral sentiments regarding incest. *Proceedings of the Royal Society, London B*, v. 270, 2003, p. 819–826.

³⁷ TURIEL, E. *The development of social knowledge: morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. SMETANA, J. Social cognitive development: domain distinctions and coordinations. *Developmental Review*, v. 3, 1983, p. 131-147.

crianças de três a quatro anos se utilizam de conceitos como intenção ou propósito para distinguir atos que geraram o mesmo resultado³⁸. Também já se comprovou que crianças de quatro a cinco anos de idade recorrem ao princípio da proporcionalidade para determinar o correto grau de punição para atos principais e secundários³⁹, e que crianças de cinco a seis anos se desculpam por atos que tenham cometido mencionando erro de fato, mas não erro quanto ao que seria moralmente correto⁴⁰.

* * *

³⁸ BAIRD, J. Motivations and morality: do children use mental state information to evaluate identical actions differently? In: Biennial Meeting, Society of Research in Child Development, Minneapolis, 2001.

³⁹ FINKEL, N.; LISS, M.; MORAN, V. Equal or proportionate justice for accessories? Children's pearls of proportionate wisdom. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 18, 1997, p. 229-244.

⁴⁰ CHANDLER, M.; SOKAL, B.; WAINRYB, C. Beliefs about truth and beliefs about rightness. *Child Development*, v. 71, 2000, p. 91-97.